

**A BUSCA LINGUÍSTICA EM SINCRONIAS PRETÉRITAS DO PORTUGUÊS:  
QUESTÕES METODOLÓGICAS**

*The linguistic search into old synchronic states of Portuguese:  
methodological issues*

Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen\*

**RESUMO:** Neste artigo discutimos questões relativas aos dados que temos utilizado no Brasil na pesquisa diacrônica da língua portuguesa, que necessariamente envolve dados de sincronias pretéritas dessa língua. Discute-se sobre os tipos de texto que se prestam a buscas na língua antiga e nesses incluímos como necessária a consulta e a análise detalhadas das antigas gramáticas do português, entre os séculos XVI e XIX. É dado destaque à *Grammatica da Lingua Portuguesa* de João de Barros, para a qual se propõe uma nova edição, com a finalidade da posterior pesquisa linguística. Conclui-se que todas as questões metodológicas levantadas são pertinentes à área de estudos diacrônicos, independente do modelo teórico escolhido.

**Palavras-chave:** Linguística Histórica; Metodologia; Português Antigo.

**ABSTRACT:** *In this paper methodological issues related to the Old Portuguese data employed in diachronic research in Brazil are thoroughly discussed. The synchronic description of these old states of the language is taken as a necessary step to reach the diachronic goal. What sort of texts are useful to this type of search is also a relevant question and one necessarily includes among them the information given by the Old Portuguese grammars, between the 16th and 19th centuries. Special attention is given to the Grammatica da Lingua Portuguesa, by João de Barros, for which a new edition suitable for linguistic research will be prepared. To sum up: all these methodological aspects of the diachronic research must be taken into consideration by the researcher regardless the theoretical framework adopted.*

**KEYWORDS:** *Historical Linguistics; Methodology; Old Portuguese.*

---

\* Doutora em Linguística Histórica, professora titular de Filologia Românica da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil – tilah@letras.ufmg.br

## 1. Introdução

Existem ainda muitas lacunas a serem preenchidas na metodologia de investigação da história das línguas em geral e da língua portuguesa em particular, que aqui focalizamos. Na história dessa última, ainda alguns recortes são necessários, do ponto de vista de nós brasileiros que disso nos ocupamos: a história da língua portuguesa *no* Brasil, que culmina na história da língua portuguesa *do* Brasil, e a relação de ambas com a história que lhes é comum até o descobrimento da terra brasileira. Do latim vulgar até a formação do português no oeste da península ibérica e sua expansão ultramarina: esta é a parte comum da nossa história com o português de Portugal.

A partir daí, tem lugar um longo processo de difusão e implementação do português de Portugal nessas terras, uma história multilíngue em que são atores não apenas o português, mas as línguas autóctones e outras que aqui vêm chegando. Ouso dizer que conhecemos pouco sobre os desenvolvimentos do português em Portugal (e nas suas ex-colônias) depois dos descobrimentos, embora mudanças e inovações paralelas sejam sempre esperadas.

Dentro desse quadro de investigação histórica do português, que inclui os dados linguísticos e suas análises, vimos neste artigo ressaltar o papel que as gramáticas antigas podem ter como um recurso complementar para se conhecer estados pretéritos dessa língua.

As gramáticas antigas, a partir de Fernão de Oliveira e João de Barros, são pouco utilizadas por nós brasileiros, linguistas diacronistas que pesquisamos a história da língua portuguesa. No entanto, julgamos indispensável incluí-las na revisão bibliográfica que sempre se faz sobre os temas pesquisados e sobretudo interessa-nos discutir de que maneira as informações que essas veiculam podem ser utilizadas em benefício das pesquisas que lidam com dados de tão difícil acesso e interpretação como os de estados pretéritos das línguas.

Antes de falarmos das gramáticas propriamente, considerações sobre alguns conceitos fundamentais das análises diacrônicas são necessários: não é sem razão que se mencionam os termos *diacronia* e estados pretéritos de língua, ou seja, *sincronias pretéritas*, uma vez que ao se fazer a história das línguas é latente a ideia de que o estudo de mudanças linguísticas deriva da comparação de estados sincrônicos de

línguas, cuja profundidade de tempo pode variar. Para formalizar tal ideia citamos a emblemática conceituação de linguística histórica colocada por Bynon (1977)

A linguística histórica procura investigar a maneira pela qual as línguas modificam ou mantêm suas estruturas no decurso do tempo; seu domínio é a linguagem no seu aspecto *diacrônico*. (...) é possível abstrair a estrutura gramatical da língua de cada período a partir dos documentos e assim uma série de gramáticas sincrônicas podem ser propostas e comparadas. As diferenças em suas estruturas sucessivas podem ser interpretadas como um reflexo do desenvolvimento histórico das línguas. Nesse sentido, a linguística diacrônica pode ser considerada secundária à sincrônica, uma vez que o linguista histórico deduz as mudanças que a língua sofreu por meio da comparação de gramáticas sincrônicas sucessivas. (BYNON, 1977, p. 1-2).<sup>1</sup>

O necessário acesso a dados de língua antiga é difícil: é como se pegássemos um grão de feijão com uma luva grossa!

Para melhor situar nossa questão, apresentaremos um breve comentário sobre a linguística histórica e os dados utilizados por diacronistas no Brasil.

## 2. A linguística histórica e seus dados

Vários são os trabalhos, desde o final da década de 1980, quando no Brasil a linguística histórica recupera o lugar que tinha perdido aos estruturalismos, que se utilizam de dados reais de língua, tanto presente e pretérita, para desenvolver seus estudos de mudança linguística – um dos eixos de que se ocupa esta subárea - o outro sendo o da preservação das estruturas através dos tempos. Esses *dados reais de língua* vieram em oposição aos *dados criados por introspecção*, típicos da gramática chomskiana.

Muitos são os pesquisadores que têm se debruçado sobre a árdua tarefa da edição de textos em língua portuguesa antiga, seja lusitana, seja brasileira, com o intuito de fornecer dados confiáveis para a pesquisa linguística. Tal renovação foi ainda prolongada pelo advento das facilidades da internet.

---

<sup>1</sup> No original: “ Historical linguistics seeks to investigate and describe the way in which languages change or maintain their structure during the course of time; its domain therefore is language in its *diachronic* aspect.(...) it is possible to abstract the grammatical structure of the language of each period from the documents and in this way a series of synchronic grammars may be set up and compared. The differences in their successive structures may then be interpreted as reflecting the historical development of the language. In this sense diachronic linguistics may be said to be secondary to synchronic linguistics, since the historical linguist deduces the changes that a language has undergone from the comparison of successive synchronic grammars.”(BYNON, 1977, p.1,2)

Como se sabe, a partir dos anos 1980 o interesse por estudos históricos e diacrônicos teve novo impulso na linguística brasileira, muito, mas não exclusivamente, como decorrência dos trabalhos de sociolinguística de William Labov, em que os estudos de mudança linguística dos vernáculos atuais conduziram a uma consulta a estados pretéritos dessas línguas. Os trabalhos de Labov trouxeram acoplados a si a metodologia de quantificação de dados desenvolvida inicialmente por Cedergern; Sankoff (1974), programa estatístico que demanda *bons dados, bem coletados* e adequadamente inseridos.

Trazemos em seguida alguns comentários, por assim dizer, clássicos sobre os estudos históricos no Brasil, para nos darmos conta de quão rapidamente os estudos diacrônicos<sup>2</sup> caminharam nesses últimos 30 anos.

Vindo ao encontro da *fênix renascida*, a linguística histórica, como o colocou Tarallo na década de 1980, a edição crítica de textos passa também no Brasil por uma fase de renovação, trazendo novas lições para os textos antigos e modernos.

A principal razão de se estar editando, nestes últimos tempos, textos não-literários em língua portuguesa deve-se certamente à recente retomada dos estudos diacrônicos do português, a qual data de meados da década de oitenta. Dessa época para cá, cresceu e intensificou-se muito o interesse pelo estudo da história do português, mais ainda pela história do português do Brasil (cf., por exemplo, os estudos sobre o português brasileiro realizados sob a orientação de Fernando Tarallo e publicados sob o título de *Português brasileiro: uma viagem diacrônica* (1993)). Com o objetivo de ampliar o corpus para a investigação da história da língua portuguesa através da edição de textos de diversos tipos, muitos pesquisadores têm se debruçado sobre cartas pessoais, diários, roteiros de viagens, processos judiciais e outros tantos textos que documentam o uso da língua em diferentes momentos de sua história. (MEGALE; CAMBRAIA, 1999)

Leia-se também Mattos e Silva (1999):

Na Universidade Federal de Minas Gerais, encontra-se sob os cuidados de Maria Antonieta Cohen edição das cartas pessoais de Catarina de Bragança, Rainha da Inglaterra (séc. XVII). Na Universidade Estadual de Feira de Santana - Bahia, tem-se notícia da preparação de edição diplomático-interpretativa de documentos do século XIX relativos à compra de escravos que integram o acervo do Centro de Estudos Feirenses da referida universidade, edição executada por Aldo José Morais Silva, Cledson José Ponce Morais e Lucidalva Correia Assunção. (MATTOS e SILVA, 1999)

---

<sup>2</sup> Não é nossa intenção fazer uma resenha da *intensa produção* da linguística histórica no Brasil a partir dos anos 1980, mas apenas situar o nosso interesse num contexto maior.

Demos continuidade, nessa década, a pesquisas sobre textos já editados, como o *Leal Conselheiro*, a *Carta de Caminha* – que foi objeto de uma nova versão por Cunha; Megale; Cambraia (1999), e muitos outros, que vieram a constituir bancos de textos, como o *Banco de Textos para Pesquisa em Linguística Histórica- BTLH-*, que consta dos textos com que trabalhei nos anos 1980: várias dissertações se valeram desse banco de textos, numa época em que a busca não era facilitada como hoje, pelos softwares, que começam a surgir nos anos 1990. Muitos outros bancos de textos, edições, mais completas e mais sofisticadas se seguiram.

A partir dos meados dos anos 1990, começam a surgir no Brasil softwares, editores de texto, de início mais utilizados por lexicógrafos, que permitem a busca e a quantificação de dados em variadas formas. O progresso tecnológico da área da informação, portanto, muito favoreceu os estudos da linguagem, não só com os processadores de textos, mas também com a Internet, através da possibilidade de disponibilização de dados linguísticos num volume tal e com tal velocidade inconcebíveis há 30 anos atrás. Nesse sentido, deve-se relativizar a famosa citação de Labov de que a linguística histórica é a arte de se fazer o melhor uso de maus dados: os dados pretéritos – e mesmo os contemporâneos – não são mais “maus dados”, dada a facilidade de seu armazenamento, busca e processamento que os novos softwares tornam acessíveis. No entanto tal velocidade não nos isenta de buscar dados editados com critérios disponíveis ao leitor/pesquisador, para que se saiba se alterações foram ou não feitas naquele porventura raro texto a que se tem rápido acesso. Ou seja, o fato de estar disponível na mídia eletrônica não isenta os editores de se utilizarem de critérios confiáveis de edição.

São incontáveis os bancos de textos, de dados, que foram criados e que se prestam a pesquisas de estados pretéritos das línguas, em especial o português. Não vamos citá-los aqui, mas pode-se com segurança afirmar que do sul ao nordeste, passando pelo sudeste, centro-oeste, há bancos de textos de dados de língua antiga escrita no Brasil. Destacam-se os *corpora* dos grandes projetos como os utilizados pelo projeto Para a História do Português Brasileiro, mas há muitos outros paralelos a esses sendo trabalhados e cuidadosamente montados, de extensão variada. Aqui em Minas, temos e tivemos vários projetos sobre o português mineiro, que em maior ou menor grau, acabam por tratar de mudanças linguísticas e de língua antiga.

No último Congresso Internacional de Linguística Histórica, em Santiago de Compostela, em julho de 2015, pode-se dizer que 70% dos trabalhos versou sobre a importância dos dados, seu armazenamento e busca através de softwares cada vez mais detalhados e sofisticados. Os inúmeros trabalhos e sessões nesse encontro dedicados aos dados de língua antiga mostram a importância que a coleta e armazenamento de dados alcançou após o advento da internet, dos avanços da informática, dos softwares. Nossas áreas foram muito beneficiadas por este avanço. Temos indubitavelmente entrelaçadas na atualidade a filologia, como edição de textos e a linguística histórica, contato facilitado e viabilizado pela evolução dos recursos eletrônicos e midiáticos.

Também como parte dos *dados* estão os trabalhos de lexicografia que dicionarizam dados de períodos antigos da língua portuguesa, como o de Machado Filho (2013) e outros em elaboração. Reconhecemos sua importância para os estudos diacrônicos, mas não os detalharemos, por serem por si só uma área muito especializada, com objetivos específicos, que foge, no momento, às nossas preocupações metodológicas.

### **3. A entrada nas questões históricas, a volta à língua antiga**

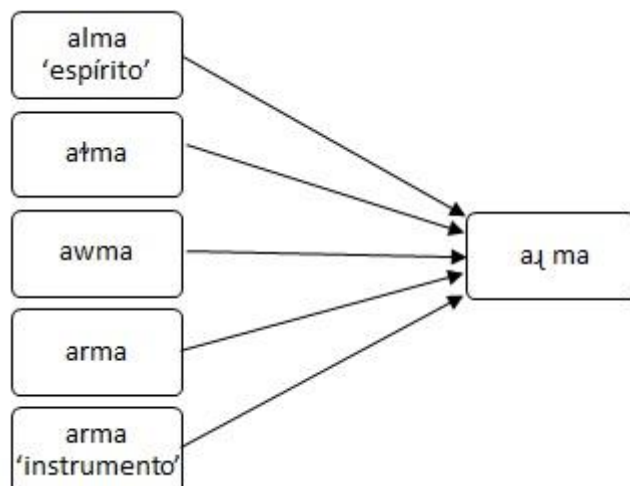
No Brasil, um dos caminhos que nos leva à investigação diacrônica da língua portuguesa que aqui existe pode ser o que começa com a identificação de algum traço do português brasileiro contemporâneo, seja regional, seja mais abrangente, que por nos proporcionar algum tipo de *estranhamento* (TARALLO, 1990; COHEN, 2000) acaba por nos levar a sincronias passadas e através de sua comparação iluminar um processo de mudança linguística. Como se sabe, é um vai e vem, que começa na contemporaneidade, volta ao passado e retorna ao presente.

Como traço regional, sirva de exemplo o fenômeno da ausência do artigo definido diante de antropônimos, que embora variável, caracteriza a fala de uma área, a Zona da Mata do estado de Minas Gerais. Essa variabilidade já foi exaustivamente estudada em dissertações de mestrado e teses de doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais (mas não somente, há trabalhos de cunho semelhante em outros grupos de outras universidades brasileiras), mas há ainda o que se explicar, uma vez que o artigo definido é, como se sabe, uma inovação românica, não tendo existido como tal na língua latina. Tem-se, aí, portanto, uma possibilidade de entrada às questões diacrônicas, em

uma profundidade de tempo a ser estabelecida: como se dá a criação do artigo definido nas línguas românicas (tema também já explorado por romanistas) *e como é a sua difusão*, no nosso caso, *no português do Brasil*, um país da România Nova.

Como exemplo de fenômeno um pouco mais abrangente, temos a variação estável e constante das pretônicas *i~e*, em pares como *menino~minino*, e *o~u*, como em *morango~murango*, também já bastante trabalhada em diversos projetos de pesquisa, teses, etc – fenômeno variável no português do Brasil, e que remonta a estados mais antigos da língua. Não é sem surpresa que se encontra a forma *minino* grafada com *i* em textos do século XVI e anteriores. A oscilação ortográfica certamente há de revelar algum fenômeno linguístico, que seja o da variação *i~e* ou *o~u* em posição pretônica em fases bem antigas do português. Este fato pode alterar nossas hipóteses sobre o fenômeno no português brasileiro contemporâneo.

Outro fenômeno contemporâneo que conduz ao exame estados de língua mais antigos, uma inovação brasileira, ausente de outras línguas românicas, é a presença do ERRE retroflexo na área do chamado dialeto caipira, em franca expansão nas faixas etárias mais jovens em várias localidades no Brasil (sul-sudeste-centro-oeste). Muitos são os trabalhos que tratam deste tema, que além de terem, em suas agendas, a tarefa de explicar seu surgimento no português no Brasil, qual seja, de como um ERRE não retroflexo, seja o tepe, o velar, o glotal, torna-se um retroflexo, em que ambientes e por que, envolve também o processo de desfonologização do l alveoar, por nós estudado (COHEN; MENDES, 2011), quando este se rotaciza realizando-se como um ERRE retroflexo, como em ‘alma’ ‘espírito’, que na fala rural confunde-se com como ‘aɫma’ ‘arma’ de fogo, revólver, faca, etc, num processo de convegência em favor do rótico. Tal fusão do ELE com o ERRE na realização retroflexa é uma mudança linguística, encaixa-se dentre os fenômenos de rotacismo e de retroflexão, sendo uma desfonologização do l alveolar ao mesmo tempo aumentado o leque de variação dos róticos.



No nome *Adaɫberto* (que tem como variantes o *ɫ* ou o *w*), verifica-se essa neutralização em favor do ERRE retroflexo: tanto o ERRE o ELE podem realizar-se como *ɹ*: *Adaɹbeɹto*.

Relacionar essa mudança à história dos róticos e das laterais líquidas em estados mais antigos do português, além de estudá-la no português brasileiro, pode lançar luz sobre o processo como um todo. Dados dos róticos no galego e no português europeu antigo talvez possam ajudar no quebra-cabeças.

Há outras maneiras de se dar início a um estudo diacrônico de fenômenos do português do Brasil: a partir da tarefa de leitura e edição de textos antigos debruça-se sobre um dos fenômenos que ressaltam dos textos, seja por sua alta frequência de ocorrência, seja por sua excepcionalidade. Tal é o caso de um estudo da próclise pronominal (MELO; COHEN, 2014) que teve seu início através da leitura e edição de um texto do português europeu do século XVII: as cartas da rainha Catarina de Bragança a seu irmão D. Pedro (COHEN; LIMA, 2009); (COHEN; CATÃO; MELO; 2012), que estão sendo editadas. Dada a alta frequência da próclise neste texto, iniciou-se e está em andamento um estudo mais abrangente sobre a próclise pronominal em textos do século XVII, tanto europeus, quanto escritos no Brasil. Um cotejo com textos brasileiros contemporâneos fará parte do estudo, vindo a configurar-se como um estudo sobre a história da próclise pronominal no português brasileiro.

Esses fenômenos, e outros, levam-nos a uma busca histórica, a uma volta a estados pretéritos dessa língua, com todas as limitações inerentes a tal tarefa.



#### 4. A natureza dos dados

Como se vê, nessas voltas ao passado, os dados fidedignos são de fundamental importância e é necessário que se lhe dê um tratamento adequado. Este tipo de enfoque da pesquisa diacrônica e seus dados já foi por nós colocado anteriormente em COHEN (1996) e vimos trabalhando segundo essa linha de pensamento, com ajustes. Repetimos aqui parte de nossa argumentação à época, que no nosso entender e pela nossa experiência mostrou-se correto:

Venho trabalhando na Linguística Histórica, no que se refere aos dados, dentro de uma orientação a que cheguei, primeiramente, por ensaio-e-erro, e que agora tem suporte no pensamento de Becker: os dados da língua antiga devem fazer parte de um texto que contenha unidade temática, que possa ser datado, do qual se conheçam o contexto de produção, se apógrafo, autógrafo, tradução, etc., ou seja, informações que nos permitam verificar a fidedignidade do texto em questão e inseri-lo no contexto que o produziu. As limitações do trabalho diacrônico são tantas que não se pode abrir mão de informações que possam nos facilitar o acesso à língua antiga.

As questões fundamentais de qualquer análise diacrônica envolvem a problemática dos dados das línguas pretéritas. Como coletá-los? Como ter acesso a essa língua? É suficiente que sejam pinçados exemplos da língua antiga? Advogamos o rigor e disciplina na coleta dos dados, dentro do que Geertz (1983) chamou de um “ideal de explanação” que opera através de “casos e interpretações”, “ideal de explanação de casos e interpretações”. Neste o rigor e a disciplina provem dos casos particulares, do textos-nos-contextos, não das leis, regras. (COHEN, 1996)

Ainda do mesmo texto:

O outro “ideal de explanação” seria o de “leis e exemplos”, em que o rigor se encontra na teoria, no sistema de axiomas dos quais as hipóteses são uma parte. Neste último os exemplos são selecionados para dar suporte e provar as hipóteses. Não se escolhe um mau exemplo. Os exemplos são ajustados, simplificados, tirando-se dos mesmos os detalhes irrelevantes. (COHEN, 1996)

Não trataremos aqui desse último tipo de pesquisa que parte de um modelo teórico com axiomas e questões predefinidas. Embora seja também uma interessante frente de trabalho, a necessidade de dados fidedignos prevalece, pois dados sofríveis não ajudam qualquer tipo de análise.

Curiosamente, há uma afluência de estudos sobre a colocação dos clíticos na história do português, tanto brasileiro, quanto europeu que procedem, no entanto, de outras orientações teóricas, mas que igualmente precisam de dados bem coletados, armazenados e interpretados.

Voltando aos corpora: na maioria das pesquisas contemporâneas da área diacrônica, preferência tem sido dada aos corpora de textos fidedignos, criteriosamente armazenados segundo normas da edição crítica de textos. Tais textos, muitas vezes inéditos, revestem-se da maior importância para os estudos diacrônicos, uma vez que podem revelar características novas sobre a língua portuguesa de períodos pretéritos e assim contribuir para o avanço de nosso conhecimento desses estados de língua.

Como já observamos, muitos são os projetos assim desenvolvidos no Brasil, nos últimos vinte anos ou mais, que estiveram empenhados em descrever e explicar mudanças linguísticas ocorridas e detectadas da comparação de dados de duas ou mais sincronias. Toda uma metodologia de abordagem a esses dados tem sido desenvolvida, levando em conta a fidedignidade das edições e transcrições feitas ou utilizadas, usadas, segundo critérios da crítica textual. Conseqüentemente o estudo dessas mudanças que levam em conta dados de tal tipo de fonte dar-se-á “no âmbito do leitor/escritor e não do falante/ouvinte”, conforme Cohen (1996). O diacronista não tem condições de testar suas hipóteses com falantes da época em que o texto sob análise foi escrito, diferentemente de um pesquisador de língua contemporânea. Paralelo a isso, é preciso destacar que ao estudo diacrônico sempre subjaz uma questão, seja de forma explícita ou implícita: qual o grau de representatividade que os textos escritos têm da língua do período em que foram exarados e mais, em que medida podem representar a língua que se falava à época. A classificação de textos pretéritos por gêneros ou tipos textuais vem, de certa forma, minimizar essa incompletude dos dados pretéritos, mas outros procedimentos podem ser invocados para suprir lacunas.

Outra questão a que se chega da *lide* com dados antigos versa sobre o valor que o texto politemunhal tem para nosso tipo de pesquisa: como devem ser editados tais testemunhos para fins de estudo linguístico?

Considerar o testemunho de gramáticos de épocas pretéritas – do século XVI ao século XIX – pode contribuir, direta ou indiretamente, para minimizar essas questões.

## **5. Casos particulares**

Há muitos trabalhos (na UFMG, na UFBA, na USP e outras) que fornecem dados fidedignos para a análise linguística (Cf. MEGALE; TOLEDO (2006), LOBO (2001) e outros mais recentes, OLIVEIRA; SOUZA; SOLEDADE (2009) e outros).

Em Minas Gerais destaca-se o trabalho pioneiro de Alkmim; Chaves (2002), com a transcrição e publicação em CD de uma edição facsimilar e semidiplomática das *Cartas pessoais do Acervo Histórico de Monsenhor Horta*.

A dissertação de mestrado de Elaine Chaves utiliza esses dados acrescidos de outros: *A implementação do pronome "você": a contribuição das pistas gráficas* (2006). A autora foi especialmente feliz ao dar o nome de “pistas gráficas” às informações que a língua escrita pode fornecer sobre a língua da época, o século XIX.

Vou citar três teses da UFMG que trabalharam com textos antigos: a de Maria Auxiliadora da Fonseca Leal, *A variação do complemento [De+infinitivo]~[ + infinitivo] na história do português* (2005), que baseou-se em textos já publicados, mas já utiliza um software que à época estava na moda, o Wordsmith Tools, e duas que transcreveram textos inéditos: a de Aléxia Duchowny: *DE MAGIA (Ms. Laud Or. 282, Bodleian Library): Edição e Estudo* (2007) e a de Soélis Teixeira do Prado Mendes, *Combinações Lexicais Restritas em Manuscritos Setecentistas de Dupla Concepção Discursiva: Escrita e Oral* (2008). Ambas exploraram documentos que elas mesmas transcreveram e analisaram, fazendo o duplo papel de filólogo e linguista.

Duchowny (2007) trabalhou com aspectos da fonologia portuguesa medieval, português europeu, portanto, e Mendes (2008) com combinações lexicais restritas do português escrito no Brasil colônia, século XVIII.

Mendes além dos textos transcritos consultou a gramática de Amaro de Roboredo, de 1619, *Methodo Gramatical para todas as Linguas* (1611), e João de Barros, ambos anteriores, portanto ao período dos textos que investigava, que eram do início do século XVIII.

Mais recentemente, em 2008, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) publicou em cópia digitalizada 5 CD-ROM, com os documentos que existem nesse Instituto, sob os cuidados de Maria Cândida Seabra.

Em 2013, Aléxia Duchowny e Sueli Coelho supervisionaram a edição de documentos do século XVIII, de Diamantina.

Tal é a situação da coleta de dados no Brasil: as fontes são consideradas fidedignas, os documentos são cuidadosamente transcritos seguindo normas que vão se aperfeiçoando a cada nova edição, que exigem um estudo à parte.

Há um traço comum a essas edições: a maioria são transcrições de documentos monotestemunhais. Se há, portanto, necessidade de se confirmar algum fenômeno linguístico duvidoso neles encontrado é mister que se consultem outros documentos da mesma época. Caso o texto seja politestemunhal, o escopo da variação das formas pode ser maior e os próprios testemunhos dirimirem as dúvidas.

Portanto, essa tem sido a metodologia, mas pouca ou nenhuma atenção tem sido dada ao testemunho dos gramáticos coetâneos aos textos transcritos como uma forma de complementar os dados e mesmo aprender sobre as reflexões gramaticais dessas épocas. Muito certamente os portugueses tenham, mais do que nós, brasileiros, a prática de consulta às gramáticas antigas, como se lê em Martins (1994)

Nilzete da Silva Rocha (2009, p. 28), em sua dissertação de mestrado, destaca Amaro de Roboredo como um importante gramático português da primeira metade do século XVII, por ter prescrito regras e proposto o ensino da língua por meio da frase, embora não tenha tratado da classificação e das partes do discurso, nem apresentado estudos sintáticos em sua obra *Porta de línguas*. Roboredo, assim como os demais gramáticos lusos que o antecedem, não se ocupou em descrever e/ou prescrever as regras de colocação dos clíticos.

Precisamos explorar mais essas gramáticas, foi o legado do *Simpósio Fernão de Oliveira*: a semente lançada por este simpósio, em 2007, na Universidade Estadual de Campinas/SP, Brasil, e posterior publicação de Abaurre; Pfeiffer; Avelar (2009). *Fernão de Oliveira. Um gramático na história*, incitaram-nos a essa busca: após os estudos iniciais sobre Fernão de Oliveira e Duarte Nunes de Leão, iniciamos um projeto sobre a gramática de João de Barros, como se sabe, das mais estudadas pela tradição portuguesa, por autores tais como Buescu (1971) e outros mais antigos, como Figueiredo (1793) e (1792) e mais modernamente, quanto às questões ortográficas, Gonçalves (2003), dentre outros. No Brasil destaca-se o trabalho de Leite (2007), também dentre outros que examinam a historiografia gramatical portuguesa.

## **6. O testemunho dos gramáticos antigos**

Em trabalhos anteriores Cohen (2013), Cohen, (2015a), Cohen (2015b); Melo; Cohen (2014) e no sentido de aperfeiçoar essa busca de dados fidedignos da língua pretérita, vimos discutindo sobre o valor das gramáticas antigas do português para a pesquisa diacrônica que vem sendo realizada no Brasil.

O testemunho dos gramáticos antigos, a partir do século XVI, sobre as estruturas em análise, é pouco utilizado. A historiografia linguística tem se ocupado das gramáticas antigas, mas os diacronistas brasileiros, com raras exceções, não lançam mão, regularmente, em suas pesquisas, de informações que essas trazem sobre períodos pretéritos da língua portuguesa.

Embora fosse tradição dos estudos linguísticos fazer uma revisão do que a gramática tradicional dizia sobre determinado fenômeno que queríamos estudar, o mesmo não se manteve para as pesquisas com estados pretéritos de línguas. Nós como que nos esquecemos do testemunho dos gramáticos antigos numa pretensa suposição de que não contribuiriam em nada ou mesmo por desconhecimento.

Cito, a título de exemplificação, algumas dissertações, da UFMG, que eram, na verdade, minitese, dado o aprofundamento das questões tratadas, bem como da metodologia e modelo teórico utilizados, ainda da era da gramática gerativo-transformacional que dominava os cursos de mestrado no Brasil (anos 1970 e 1980). A estrutura dessas dissertações contemplava sempre uma revisão do fenômeno estudado à luz do que na época chamávamos gramática tradicional, para opor esses estudos aos da linguística moderna: havia sempre um *estado da arte* sob o ponto de vista da gramática, e depois o dos estudos linguísticos. Íamos, quando muito, a Said Ali, nunca a Cláudio Brandão, para citar um mineiro, e nunca aos antigos mesmo, de antes do século XX:

*A Supressão de Constituinte Coordenado em Português* (1977, Francisco De Filipo); *Movimento de Sintagma Nominal Interrogado em Português* (1978, Maria Beatriz Decat); *A Posposição do Sujeito em Português* (1979, Vanda de Oliveira Bittencourt); *Sobre Interrogativa Indireta em Português* (1982, Daniel Alvarenga); *Sobre a passiva em alemão* (1982, Eliana Amarante de Mendonça Mendes) e muitas outras.

Tal metodologia, de consulta às gramáticas, não foi seguida nas pesquisas diacrônicas e nos deixaram uma lacuna quanto a possíveis informações relevantes sobre períodos passados da língua portuguesa.

Depois dessa época houve também um modismo trazido das universidades estrangeiras: não se faz resenha bibliográfica dos temas em estudo, mas vai-se diretamente ao objeto da tese/dissertação sem o longo estabelecimento do *status quaestionis*.

### **7. A *Grammatica da Lingua Portuguesa* (1540), de João de Barros, como testemunho da língua da época**

Com o intuito de se preparar uma nova edição da gramática de Barros, para ser utilizada como corpus para a pesquisa linguística de sincronias pretéritas da língua portuguesa e para a pesquisa diacrônica, iniciamos a leitura de edições diferentes desta gramática. Nesta notícia começaremos por contextualizar a época do aparecimento da *Grammatica*.

O constituir-se o português como língua nacional vem acompanhado da necessária presença das gramáticas, encomendadas pelo monarca, para fazer juz a e a colaborar na unificação e sedimentação do império português. Portugal, com seus descobrimentos, incluindo-se o da terra brasílica, o das rotas de acesso às riquezas do Oriente há de ter a sua língua registrada, prescrita, e também louvada em gramáticas. Assim é que no século XVI as primeiras gramáticas surgem: em primeiro lugar, cronologicamente, a de Fernão de Oliveira, de 1536, a *Gramatica da linguagem portuguesa*, seguida, em 1540, da de João de Barros, a *Grammatica da lingua Portuguesa*. Em seguida, já no início do século XVII, em 1604, vem a *Origem da Língua portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão. Ocupamo-nos aqui da segunda delas, a de João de Barros. A de Fernão de Oliveira tem sido objeto de inúmeros estudos, como os reunidos na coletânea *Fernão de Oliveira. Um gramático na história*, que reúne trabalhos críticos da famosa gramática, a partir de sua edição crítica, semidiplomática e anastática, de Torres & Assunção publicada em 2000.

O surgimento de uma entidade política tem consequências linguísticas: uma vez instituído o estado nacional a língua passa a ser um fator de unificação e sofrerá ação das iniciativas de padronização, através de sua codificação nas primeiras gramáticas. Toda gramática, de certa forma, mesmo que descritiva, além de atribuir à língua uma codificação, dá-lhe uma padronização.

Assim se dá o nascimento das línguas nacionais e oficiais: uma das variedades linguísticas existentes numa região passa a ser a língua nacional, que absorve as outras, e que pode passar a contar com a ação padronizadora de uma gramática escrita. Via de regra, a constituição ou algum documento oficial diz que a língua desta entidade política é X: o português é a língua de Portugal e de todas as terras conquistadas, o francês é a língua da França (primeiro *a língua do rei*, depois *a língua da república*) e outras.

Já em 1290, D. Dinis funda a Escola de Direitos Gerais e obriga em decreto o uso oficial da língua portuguesa em Portugal que tinha se tornado um estado independente em 1179. Essa ligação entre o surgimento da nação e a oficialização da língua é fato recorrente na história das línguas.

Tanto a descentralização do poder político, que aconteceu por exemplo, na história da língua latina, com a queda de Roma no Ocidente, quanto a centralização do poder político, que ocorreu com a criação dos estados nacionais, afetam a língua: no caso da descentralização a língua perde a força que tinha como língua oficial, tendo sido, no caso do latim, um fator favorecedor do surgimento das línguas românicas, e no caso da centralização, abre-se o caminho para a padronização linguística. Ou seja, a história das línguas nos comprova a relação existente entre língua e poder político, seja para enfraquecê-la em termos de domínio oficial, seja para fortalecê-la também em termos de domínio oficial.

Segundo Leite (2007, p.238) “um dos maiores objetivos do humanismo era ‘por a língua em arte’, de gramatizar o vernáculo, para elevá-lo à categoria de língua de cultura.” Desconsiderando a gramática de Fernão de Oliveira como gramática, por esta não seguir o modelo da gramática latina, João de Barros considerou que a sua é a ‘primeira arte’ da língua portuguesa.

Antes do aparecimento dessas primeiras gramáticas, feitas em português, por portugueses e sobre o português, os gramáticos ocupavam-se da língua latina e nunca da fala vernacular ou da língua *vulgar*, como se costuma denominar as línguas românicas emergentes na baixa Idade Média. A gramática que primeiro sistematizou uma língua *vulgar* foi a de Antonio de Nebrija, de 1492, a *Grammatica de la lengua castellana*.

As gramáticas portuguesas vêm, portanto, segundo Nicolau:

completar o perfil do estado Nacional Português (os Estados nacionais têm como características: território nacional, poder centralizado numa monarquia absolutista, exército nacional, impostos nacionais e língua nacional) a ser exibido às terras conquistadas, onde se pretende levar a fé cristã através da língua portuguesa. (NICOLAU, 2009, p.151)

A *Grammatica* de João de Barros tem quatro partes, a *Cartinha*, que tem três edições, a *Grammatica*, seção nuclear do conjunto, já tem quatro edições, *O dialogo em louvor da nossa linguagem*, cinco, e *O Diálogo da viciosa vergonha*, três, segundo Assunção & Santos (2000, p.21). Conforme os mesmos estudiosos, a *Grammatica* de

João de Barros tem uma última seção dedicada à retórica, o que falta na de Fernão de Oliveira, mas considere-se MENDES (2009), para melhor entendimento da questão.

Dessas quatro partes, apresentaremos apenas a *Grammatica*, mesmo que da edição online (da Biblioteca Nacional Digital de Portugal) que utilizamos, conste o *Diálogo em Louvor à nossa Linguagem*, faltando-lhe a referida *Cartinha*.

À guisa de introdução o Autor explica que antes da gramática propriamente está o que é denominado Cartinha, que seria, na verdade uma espécie de cartilha, não apenas de ler e escrever, mas dos preceitos da Santa Madre Igreja aos *mininos*: orações, santos, e toda uma rotina devocional que os *mininos* deviam aprender e praticar. Um rara edição dessa ‘gramática’ ou cartinha está guardada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com o título de: *Grammatica da lingua portuguesa com os mandamentos da Santa Madre Igreja*, exemplar raro, talvez o único no mundo, de 1539.

Passamos agora à apresentação da edição à tivemos acesso, da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), no endereço <http://purl.pt/12148>.

É um exemplar impresso, contendo 60 fólhos, 124 páginas, se formos numerar por página. Não sabemos qual a dimensão do volume, pois não fizemos sua *recognitio*, mas podem ser observadas as seguintes características externas:

- a) capa em couro;
- b) folhas numeradas apenas na frente, perfazendo assim 60, com recto e verso. Da observação da cópia pública, percebe-se mais do original do que da cópia pdf, como a organização em recto e verso;
- c) todas as folhas apresentam o reclamo, a antecipação da primeira palavra da folha seguinte.

Segundo consulta à bibliografia relevante concluiu-se que não há uma transcrição semidiplomática da *Grammatica* propriamente, o que justifica nossa intenção de propô-la visando a um público leitor especializado. Embora a escrita impressa utilizada seja legível e não se constituir como um problema para a decifração do conteúdo e das imagens, uma transcrição conservadora, que preserve as características ortográficas, lexicais e morfossintáticas do original, certamente será de utilidade aos estudiosos da historiografia da gramática portuguesa, bem como da história da língua portuguesa. Os problemas da transliteração serão poucos, como os do S longo e  $\beta$ , que vão variar com os dois -ss- em alguns contextos a serem determinados,



alguns enlaces específicos, e diferenças na acentuação gráfica em relação às normas do português atual. É um texto bastante didático, explicativo e claro.

O próprio texto da gramática nos revela características da língua portuguesa quinhentista: o alçamento da pretônica i-e, faz-nos duvidar da propriedade dessa regra, como sendo típica apenas do português brasileiro contemporâneo. Vejam-se: *Minino*, *sintimos*, *intendimẽto*; e surpreendentemente *difinçam*, para *definição*, o rotacismo do L, como em *plurar*, com R, não *plural* com L, como é no português brasileiro contemporâneo ; em 13 v lê-se: “Da formaçam dos Nomes em o *plurar*!” A cliticização das partículas átonas prepostas e pospostas é também típica do documento. Vejam-se: *doendose della* (33v); *acartinha*, *aprender aler*, *adiuseridade*, *decuio*, *todallas*. Observe-se que este aspecto não é abordado em nenhum dos comentários existentes sobre a *Grammatica*. Leite (2007), por exemplo, debruça-se sobre os exemplos utilizados por João de Barros, mas não observa sobre o uso da língua do próprio autor.

Embora haja duas outras versões da *Grammatica*, uma de José Pedro Machado, de 1957 e uma de Leonor Buescu, mais recente, supomos terem ambas como base a versão original a que tivemos acesso. Em outras palavras, não será necessário uma *collatio* entre testemunhos diferentes. Provavelmente são todas as duas versões cópia de um mesmo original. Portanto, nossa transcrição será a de um *codex unicus* e não será, a rigor, crítica, como se diz devem as edições politestemunhais.

As partes da *Grammatica* assim se intitulam:

1. Difinçam de grammatica e as partes della
2. Da Letera
3. Da Syllaba
4. Da Diçam
5. Do Nome
6. Do Pronome e seus accidentes
7. Do Verbo
8. Do Avérbio
9. Da Preposiçam
10. Da Interieiçam
11. Da Construiçam
12. Das Figuras

### 13. Da Orthografia

A parte referente à *Grammatica* propriamente vai de 1r (folha de rosto) até 39v. De 40r a 50r, está o tratado da ortografia e de 50v até o final, 60v, *O Diálogo em louvor da nossa linguagem*.

No texto propriamente o Autor apresenta a linguagem como composta de nove partes: Artigo, Nome, Pronome, Verbo, Advérbio, Particípio, Coniunçam, Preposiçam, Interieçam.

A Interjeição é uma das partes curiosas, principalmente a lista de interjeições fornecida:

*ay, ou: sam de quem sente dor; Há, há, he; de quem ri; Iesu: de quem se espanta; Ay, ay: de quem sente prazer achando; A Deos: de quem exclama; Ah há: de quẽ cõmprende alguẽ em malefício; Huy: de quem zomba; Chis, st: pera fazer silencio.*

As funções sintáticas preservam o nome latino de caso e todos eles são como que declinados, à maneira do latim escrito. Tal postura de João de Barros e de outras gramáticas antigas foi bastante criticada pelos linguistas modernos, que urgiam estudar cada língua *per se*, sincronicamente e na contemporaneidade, sem se fazer uso da gramática latina. Essas críticas são procedentes para uma gramática do português moderno; realmente não há necessidade que se apele para o modelo da gramática latina para se gramatizar o português contemporâneo, já que é outra língua, dele derivada, mas com suas características, diferentes das da língua latina em muitos aspectos de sua gramática, fonologia e léxico.

No entanto, encaixando João de Barros em sua época, Portugal quinhentista, ainda com muitos traços de arcaísmo em sua língua, ainda se sedimentando como língua nacional, vejo o apelo à gramática de casos positiva, se nossa postura frente a esse estado da língua encaixa-a numa diacronia. É que ajuda a esclarecer etapas na evolução do português, principalmente da morfossintaxe. Portanto, o que vem sendo considerado um defeito nesses gramáticos não o é, no nosso entender. Na verdade, João de Barros não somente toma a gramática latina como exemplo, mas faz frequentes comparações ao hebraico e ao grego, línguas que ele, certamente, dominava. Mais uma vez, o que a princípio - e numa visão sincrônica a histórica - pode ser considerado uma inadequação da gramática, por outro pode ser considerado uma qualidade, pois o autor compara o

português a outras línguas, o que é certamente frutífero para o entendimento das línguas.

A proposta que aqui introduzimos pretende, fazer a *recensio* de todas as edições da *Grammatica*, deixando de lado os outros três textos, a *Cartinha*, *O diálogo de louvor e o da Viciosa Vergonha*; verificar se se trata mesmo de um *codex unicus*, o que vai definir o tipo de edição que se almeja; proceder a uma transcrição conservadora, semidiplomática da *Grammatica*, com comentários baseados em enfoques diferenciados da língua da época, de preferência encaixando-os numa visão diacrônica da constituição da língua portuguesa.

Considera-se, portanto, que todos os aspectos relativos à natureza dos dados de pesquisas com língua antigas levantados devem ser levados em consideração em qualquer modelo teórico que se escolha trabalhar; acrescente-se que o testemunho dos gramáticos antigos, de sua própria língua, é um recurso de que os diacronistas devem lançar mão em sua busca em períodos de línguas antigas. No caso do português, espera-se que a presente proposta, de uma nova edição da *Grammatica* de João de Barros, venha completar o tão almejado conhecimento da língua portuguesa antiga.

### Referências bibliográficas

- ALTMAN, C.; COELHO, O. O conceito de gramática na tradição de descrição ibero-americana. (Século XV ao XIX). Exposição. Cedoch. FFLCH.USP.
- ALKMIM, M. G. R. CHAVES, E. (Org.) Cartas pessoais do século XIX. Acervo Histórico Monsenhor Horta. Mariana: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2002.
- ABAURRE, M. B.; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (Orgs.) Fernão de Oliveira. Um gramático na história. Campinas: Pontes Editores, 2009.
- BUESCU, M. L. C. Gramáticos portugueses do século XVI. Livraria Bertrand, Portugal: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.
- BYNON, T.. Historical Linguistics. GB :CUP, 1977.
- DE MELO, H. L.; COHEN, M. A.. A colocação pronominal nos sintagmas verbais em documento português seiscentista. Cadernos do CNLF (CiFEFil), v. XVIII, p. 78-87, 2014.
- CEDERGREN, H; SANKOFF, D. Variable Rules: Performance as a Statistical Reflection of Competence. Language, Vol. 50, n.2 (Jun. 1974), pp 333-355.

- CHAVES, E.. A implementação do pronome "você": a contribuição das pistas gráficas. Dissertação de Mestrado. Poslín, UFMG, 2006.
- COELHO. M. S. : DUCHOWNY, A. T. et ali .Documentos adamantinos. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 2013.
- COHEN, M. A. A. M. João de Barros: sua língua e sua gramática. Gallaecia. III Congresso Internacional de Linguística Histórica. Santiago de Compostela, 2015.
- COHEN, M. A. A.: CATÃO, C.; MELO, H. L.. Edição de documento inédito do século XVII: revisão e contextualização. Conhecimento e Cultura. UFMG, 2012.
- COHEN, Ma. Antonieta A M ;MENDES, S. T. o P.. Variação e mudança dos róticos no português do Brasil:dados do sul de Minas Gerais. In DOGLIANI, E.;COHEN, M. A.a A. M. (Orgs.) Pelas trilhas de Minas: a língua nas Gerais.Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2012.
- COHEN, M. A. A.. Reexame de um caso clássico à luz de novos dados: e gramaticalização e a reanálise de –mente. In VITRAL, L.;COELHO, S. (Orgs.) Estudos de processos de gramaticalização em português. Metodologias e aplicações.Campinas: Mercado de Letras, 2010.
- COHEN, M. A.,. A. M. Mapa Geográfico: apresentação e breve estudo de documento relativo ao caminho para as Minas. Caligrama 15. Vol. 2, 2010.
- COHEN, M. A.A. M. Pressupostos teórico-metodológicos do projeto Filologia Bandeirante . In MEGALE, H. Filologia Bandeirante, Estudos,1. São Paulo: Humanitas, 2000.
- COHEN, M. A. A. M. Catarina de Bragança, Personagem Histórica x Catarina, Figura Feminina. Boletim do Centro de Estudos Portugueses, v.18, Fale/UFMG, 1998.
- COHEN, M. A. A. M.. A língua do século XVII e a língua contemporânea. Alfal. Las Palmas de Gran Canaria, 1996.
- DOGLIANI, E.;COHEN, M. A. A M. (Orgs.) Pelas trilhas de Minas: a língua nas Gerais. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2012.
- DUCHOWNY, TELES A.. De magia (Ms. Laud Or. 282, Bodleian Library).Edição e Estudo.Tese de doutorado, Poslín,UFMG, 2007.
- DUCHOWNY, TELES, A.et ali. De magia (Ms. Laud Or. 282, Bodleian Library. Edição e Glossário. Núcleo de apoio à pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa (NEHiLP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) Universidade de São Paulo (USP),Volume 5: 1- 447, 2014 .
- GALVES,C.. A sintaxe na Grammatica. In ABAURRE, M.B;; PFEIFFER,C.; AVELAR, J. (Orgs.) Fernão de Oliveira. Um gramático na história. Campinas: Pontes Editores, 2009.

GONÇALVES, Ma. Filomena. As ideias ortográficas em Portugal de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911). Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

JOÃO DE BARROS. Gramática da Língua Portuguesa. Cartinha. Gramática. Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha. Por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras, 1971.

\_\_\_\_\_. Biblioteca Nacional de Portugal: <http://purl.pt/12148>.

LEAL, M. A. F.. A variação do complemento [De+infinitivo]~[ + infinitivo] na história do português. Tese de doutorado. Poslin, UFMG, 2005.

LEITE, M. Q.O nascimento da gramática portuguesa. Uso & Norma. São Paulo: Humanitas, 2007.

LIMA, C. C; COHEN. M. A. Preparação de material para o estudo linguístico da língua portuguesa seiscentista através da edição das Cartas inéditas de Catarina de Bragança. XVIII SIC. UFMG, 2009.

LOBO, T. (org.) Cartas Baianas Setecentistas. São Paulo: Humanitas. FLCH-USP, 2001.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio. Dicionário Etimológico do Português Arcaico. Salvador: Edufba, 2013.

MARTINS, A. M.. Clíticos na história do português. Tese de doutorado. Universidade de Lisboa. 1994.

MEGALE, H.; TOLEDO NETO, S. (orgs.) Por minha letra e sinal. Documentos do Ouro do século XVII. São Paulo: Fapesp, 2006.

MEGALE, H.; TOLEDO NETO, S.; FACHIN, P.R. Caminhando Mato Dentro. Documentos do Ouro do século XVIII. Serie Diachronica. São Paulo: Fapesp/Espaço Editorial, 2009.

MENDES, E. A. M; Fernão de Oliveira e a retórica. In ABAURRE, M. BERNADETE; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (Orgs.) Fernão de Oliveira Um gramático na história. Campinas: Pontes Editores, 2009.

MENDES, S. T P.. Combinações lexicais restritas em manuscritos setecentistas de dupla concepção discursiva: escrita e oral. Tese de doutorado. Fale/UFMG..Belo Horizonte:, 2008.

NICOLAU, E.. A influência do contexto histórico-cultural na reflexão de Fernão de Oliveira: Língua e sociedade na Gramática da Linguagem Portuguesa (1536). In ABAURRE, M. B.; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (Orgs.) Fernão de Oliveira Um gramático na história. Campinas: Pontes Editores, 2009.

TARALLO, Fernando. A Fênix finalmente renascida. Boletim da ABRALIN, n. 6, 1994, p. 95-103.

TARALLO, Fernando. Tempos linguísticos. Itinerário histórico da língua portuguesa. SP: Ática, 1990.

OLIVEIRA, F. de. Gramática da Linguagem Portuguesa. Edição Crítica, semidiplomática e anastática. Organizada por Amadeu Torres & Carlos Assunção. Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 2000.

OLIVEIRA; SOUZA; SOLEDADE. Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias. Salvador: Edufba, 2009.

SEABRA, Ma. C. T. de (Org.) Acervo Documental. Coletânea. Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2008. 5 CD-ROM.

Recebido em: 17/09/2015

Aceito em: 20/10/2015